



A formação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais nas décadas de 1960, 70 e 80

University of Minas Gerais Psychology formation and Minas Gerais (Brazil) psychiatric reform process in the sixties, seventies and eighties

Izabel C. Friche Passos

Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Stella Brandão Goulart

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Fernanda Moura Braga

Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela Alves Abreu

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Eduardo Mourão Vasconcelos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo

Este trabalho é parte dos resultados de pesquisa mais ampla intitulada "As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica em Minas Gerais anos 60, 70 e 80", Investiga-se a formação universitária oferecida no curso de Psicologia da Universidade Federal de Belo Horizonte. O objetivo principal é identificar e avaliar a participação das variáveis de cultura formal em processos de mudança social, investigando as relações das principais instituições de credenciamento profissional de nível superior em psicologia e psiquiatria com o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais.

Palavras-chave: Reforma psiquiátrica; universidade; cultura profissional

Abstract

This work is a partial result of a wider research entitled "The university organizations and the psychiatric reform process in the 60s, 70s and 80s in Minas Gerais". The research looks at the university training provided in the course of University of Minas Gerais. Its major aim is to identify and evaluate the participation of formal culture variables in social change processes, investigating the relationship between the main organizations of professional training in Psychology and Psychiatry and the Psychiatric Reform process in Minas Gerais.

Keywords: Psychiatric reform; university; professional culture

Introdução

O artigo apresenta os resultados finais de investigação sobre a participação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais, no período correspondente às décadas de 1960, 70 e 80 (1). O presente estudo faz parte de pesquisa mais ampla, financiada pela FAPEMIG, intitulada "As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nos anos 60, 70 e 80", concluída em agosto de 2007 (Goulart e outros, 2007) (2). Nela foi investigada a formação universitária oferecida, durante o período recortado, pelas seguintes instituições de ensino superior de Belo Horizonte: os cursos de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da FUMEC; a pós-graduação *lato sensu* em Psiquiatria da Fundação Hospitalar de Minas



Gerais no Instituto Raul Soares; e a pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública da Escola de Saúde de Minas Gerais. Essas instituições foram selecionadas por serem centros de formação superior de referência no Estado para a área da saúde mental. A relevância da seleção ficou corroborada pelas recorrentes referências mútuas dos entrevistados da pesquisa a essas formações. O que não exclui, nem suplanta, a contribuição que outros estudos sobre formações igualmente importantes para a saúde mental, como as de enfermagem, serviço social, e, mais recentemente, de terapia ocupacional, possam trazer para a compreensão do processo mineiro de reforma psiquiátrica. O artigo enfocará, privilegiadamente, os resultados referentes à formação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, dada sua singularidade e complexidade.

A escolha do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais se justifica por ter sido o segundo curso de formação da área "Psi" criado em Belo Horizonte e por ter se tornado referência regional na produção de conhecimento no campo, principalmente, a partir da criação do primeiro Mestrado em Psicologia de Minas, em 1989. O curso de graduação foi criado em 1963, logo em seguida ao da Pontifícia Universidade Católica de Minas, através de intensa articulação política do professor Pedro Parafita de Bessa, incansável militante em prol do reconhecimento e profissionalização deste campo de conhecimento.

O curso de Psicologia foi criado a partir de demandas sócio-políticas que nos anos sessenta estavam ligadas aos processos de industrialização e urbanização, onde o psicólogo seria mais um dos promotores das capacidades humanas para o trabalho, no processo de institucionalização da divisão social do trabalho. Havia uma predominância de disciplinas técnicas no currículo (Giusta, Campos & Machado, 1986).

Os primeiros professores do curso vieram do antigo Serviço de Orientação e Seleção Profissional, do estado e do Banco da Lavoura, como os professores Pierre Weil e Célio Garcia – essa empresa, hoje extinta, tinha como política o investimento em ações sociais, daí ter em seus quadros pesquisadores das ciências humanas. Mas o quadro de professores cresceu rapidamente em função da pressão de demanda (Giusta, Campos & Machado, 1986).

No período focado pela pesquisa, o curso sofreu duas transformações importantes. Em 1968, teve que se adequar à Reforma Universitária, e em 1974, quando ocorreu uma "barulhenta reforma de currículo" (Giusta, Campos & Machado, 1986, p.79) que gerou um currículo "altamente criativo e flexível, com possibilidade de incorporar rapidamente mudanças e de se auto-modificar" (idem, p. 85), contrastando com o anterior, bastante rígido. O curso de Psicologia como um todo continuou, entretanto, a responder a demandas reprodutivistas, sintonizadas com a cultura dominante, caráter "negado a nível instituinte, onde emergem manifestações contestatórias..." (idem, p. 89).

Do ponto de vista epistemológico, duas grandes correntes podem ser destacadas, a partir dos anos 70 e ao longo dos 80: uma positivista e outra estruturalista. A positivista predominou ao longo de todo o período, ainda que, com a Reforma de 1974, a tendência estruturalista tenha se afirmado e conquistado espaço, especialmente entre as disciplinas optativas e eletivas. A partir de então, consolida-se um forte contraste e disputa entre as duas perspectivas e cresce especificamente a presença de vertentes psicanalíticas, tanto na formação teórica quanto prática. Esta tendência de reversão epistemológica ensejou a possibilidade de uma formação que preconizasse uma atuação política e social do psicólogo menos marcada pelo tecnicismo. Insinuou-se a criação de um "Departamento de Estudos Dialéticos" e, posteriormente, de um "Departamento de Psicanálise e Psicossociologia", numa articulação que resgatou a importância histórica do antigo "Setor de Psicologia Social", mas os mesmos não chegaram a se institucionalizar (Giusta, Campos & Machado, 1986, p. 99).

As atividades de extensão e de pesquisa, desenvolvidas pelo curso durante o período investigado, especialmente as do Setor de Psicologia Social, parecem ter contribuído significativamente para a construção de uma cultura universitária crítica, voltada para



práticas psicológicas transformadoras que antecederam e ajudaram a consolidar a reforma psiquiátrica, propriamente dita (3), em Minas Gerais.

Algumas dessas atividades estavam direta e intencionalmente voltadas para uma atuação na saúde coletiva e na saúde mental mais comprometida com as necessidades reais da população. Apesar de no mundo acadêmico as relações entre teoria e prática serem muitas vezes desarticuladas, o contexto específico estudado sinalizou uma clara preocupação com a articulação entre o pensamento teórico-crítico universitário e as ações desenvolvidas por profissionais nos serviços públicos de assistência à saúde em geral, e à saúde mental em particular.

As atividades acadêmicas a que nos referimos, detalhadas na discussão dos resultados da pesquisa, foram desenvolvidas em hospitais psiquiátricos, centros de saúde municipais e estaduais, e em diversas comunidades de baixa renda da região metropolitana de Belo Horizonte e de cidades do interior de Minas Gerais. Consideramos este um período especialmente rico em iniciativas de extensão, consultorias e pesquisas participativas. Em nossa percepção, tais iniciativas contribuíram, de alguma maneira, para a implantação de políticas públicas na área da saúde, e, conseqüentemente, para a consolidação da reforma psiquiátrica, na medida em que ajudaram a formar quadros de profissionais para essas áreas com uma perspectiva de atuação mais crítica, politizada e de cunho menos individualista ou clínico-privatista.

As universidades e institutos de formação superior estudados, além de centros de produção de conhecimento, foram enfocados enquanto centros credenciadores de profissionais, já que sua atuação não pode ser desvinculada da demanda social por formação de especialistas. É neste sentido que procuramos compreender se, e em que medida, a formação oferecida pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, através de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, produziu impacto sobre o processo de reforma psiquiátrica mineira, que, então, começava a se delinear no campo da saúde mental.

O processo de reforma implicou, e implica, em mudanças profundas no modo de atuação dos profissionais da saúde, de uma maneira geral. Essa atuação é tradicionalmente muito voltada seja para a clínica especializada, seja para um modelo curativo e privatista de atenção, no qual o hospital se torna o centro de gravitação das ações. Ora, a reforma irá protagonizar, cada vez de modo mais explícito e radical, um movimento de desospitalização e de desinstitucionalização das práticas em saúde mental, visando à desconstrução da estrutura hospitalar psiquiátrica instalada no país e sua substituição por dispositivos de cuidados territoriais e comunitários. A literatura sobre os pressupostos da desinstitucionalização em psiquiatria é vastíssima e envolve discussão polêmica sobre diferentes modelos, que não cabe retomarmos aqui. Remetemos o leitor interessado a alguns textos que se tornaram referência para o debate ou que tratam mais diretamente da questão (Nicácio, 1990; Amarante, 1995, 1996; Vasconcelos, 1992, 1995, 2000, 2003; Birman & Costa, 1994; Desviat, 1999; Passos, 2000, 2003; Goulart, 1992, 2004, 2006).

No caso da prática psicológica, a atuação profissional hegemônica se caracterizou historicamente no país pela prática clínica de tipo privatista e psicoterápica individual (Bock, 1995; Bock, Gonçalves, & Furtado, 2001).

A investigação sobre a formação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais apontou para a importância da ação universitária em espaços externos à instituição, através das práticas de alunos e professores em centros de saúde, ambulatórios e hospitais psiquiátricos, em iniciativas que envolviam outras formas de atenção psicológica que as estritamente clínicas. São as transformações cotidianas ocorridas nesses locais de assistência que propiciam a construção de mudanças efetivas e consistentes na cultura profissional, estejam essas mudanças indicadas nas políticas públicas ou venham a ser incorporadas *a posteriori*. Por um lado, a inclusão de universitários em equipes profissionais é um meio eficaz para se promover reflexões e revisões das práticas assistenciais. Por outro, só no contato direto com a realidade, os futuros profissionais em formação podem vislumbrar formas de atuação mais condizentes



com as demandas sociais relegadas pela sociedade instituída, mas vividas pela grande maioria da população de países com desigualdades sociais tão profundas como o Brasil. As formações profissionais, em geral elitistas, nem sempre contemplam essas necessidades.

Na formação oferecida pelo curso investigado, destacaram-se, especialmente, as ações desenvolvidas pelo Setor de Psicologia Social, nos mais diversos contextos. O Setor, como era afetivamente chamado (Machado, 2004b), foi por mais de uma década coordenado pelo professor Célio Garcia, cuja atuação e promoção de importantes iniciativas desde os anos de 1960 tiveram impacto direto sobre a formação acadêmica e extra-acadêmica de profissionais da saúde mental (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, assistentes sociais, etc.). Entretanto, não se pode dizer que a universidade tenha desempenhado um papel de protagonista direta da reforma. Não foi este o caso. Situação bem diferente encontramos, por exemplo, no papel desempenhado pela especialização em Psiquiatria da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, que, pelo menos nos anos iniciais de desencadeamento do processo, foi decisivo (Goulart e outros, 2007).

As instituições universitárias, em sua relação com a reforma psiquiátrica, estão sendo consideradas como espaços polissêmicos e contraditórios que são. A revisão da história dessas instituições nos leva a constatar o predomínio, na universidade, de um pensamento mais conservador que progressista e um apego muito arraigado a práticas especialísticas tradicionais. Autores do campo da análise das instituições (Castoriadis, 1992; Lourau, 1974; Lapassade, 1983; Barembly, 1994; Jepperson, 1991) nos permitiram investigar a forma pela qual as principais ações, atores e produtos reenseados no período estudado foram influenciados pelas complexas relações e embates ideológicos e políticos presentes no contexto histórico mais amplo que lhes devam sustentação. Certamente, tais relações permearam o tipo de formação oferecido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, podendo ter determinado escolhas por campos específicos de trabalho, ou por certas teorias em detrimento de outras. Neste sentido, as análises de Santiago e outros (1998) e Vasconcelos (2004), sobre período mais recente, apontam igualmente para as conseqüências políticas e ideológicas de um modelo hegemônico de psicólogo clínico, presente até os dias de hoje nos serviços de saúde mental.

Este é um estudo histórico; outros que enfoquem o momento atual, e os desdobramentos desse momento inicial de mudanças, aqui tratado, seriam muito bem vindos.

Método

O estudo teve como objetivo fazer um resgate de memória, através de análises documentais e de narrativas vivenciais, sem pretensão de exaustividade. O desenho metodológico da pesquisa, bem como os procedimentos observados no registro das narrativas, colhidas através de entrevistas semi-dirigidas, gravadas e minuciosamente transcritas, foram inspirados em autores do campo da história oral, entendida como metodologia adequada para o estudo da história do tempo presente, mas sem seguir rigorosamente tal metodologia. Especialmente, foi de grande utilidade a coletânea de textos organizada por Ferreira e Amado (2005). Enquadrada no campo da psicologia social, a entrevista é um instrumento potente para identificação de sentidos atribuídos pelos atores a processos históricos do qual tomaram parte. As entrevistas nos permitiram complementar e aprofundar o estudo da documentação levantada. A pesquisa contou, portanto, com duas fontes principais de dados: 1) um arquivo oral constituído por *entrevistas* realizadas pela equipe de pesquisa com pesquisadores, professores e ex-alunos, atuantes no curso no período investigado, escolhidos por critérios de representatividade e de participação nos eventos enfocados; 2) acervos documentais institucionais e particulares que reunissem documentos sobre currículos dos cursos em análise, e outros relativos a eventos, projetos de pesquisa e projetos de extensão, relacionados direta ou indiretamente com a temática da saúde mental. Como se trata de período muito recente, do qual os próprios pesquisadores do projeto foram



protagonistas, com graus variados de participação e centralidade nos eventos estudados, optamos por assumir os riscos de uma interpretação intersubjetiva construída pelos pesquisadores a partir de sua interação com os entrevistados, sem, no entanto, cair num subjetivismo acríptico ou radical. Tivemos o cuidado de, especialmente nos seminários de pesquisa da equipe, estar sempre confrontando nossa perspectiva de análise crítica com os depoimentos colhidos e com os documentos escritos encontrados. Na análise dos documentos e das transcrições das entrevistas, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo, de cunho mais qualitativo e interpretativo, focada na categorização e na análise temática do conteúdo dos documentos, escritos e orais, sem, entretanto aprofundar uma análise do discurso, o que poderá ser feito futuramente dado o cuidado com a preservação dos arquivos orais e seu armazenamento nos bancos de dados dos laboratórios responsáveis pela pesquisa.

Inicialmente foi elaborada uma lista de palavras-chave a partir de consultas a programas de disciplinas do curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas, por onde a pesquisa foi iniciada. Essa lista norteou o processo de análise de conteúdo dos documentos curriculares dos demais cursos. Procuramos identificar a frequência de aparecimento de termos e temas como *antipsiquiatria, psiquiatria, psicopatologia, normalidade e anormalidade, doença mental, saúde mental, hospital psiquiátrico, loucura, etc.*, mas, principalmente, analisar a maneira como tais conteúdos eram abordados pelos programas de disciplinas da grade curricular, a partir da identificação dos autores adotados, do privilégio de temas e problemas, e do modo de formulá-los.

Foi feito um estudo teórico bibliográfico sobre os processos brasileiro e mineiro de reforma psiquiátrica, a partir do qual pudemos construir linhas do tempo onde acontecimentos marcantes, em níveis nacional e regional, atores e projetos significativos foram confrontados, especificando-se as iniciativas promovidas pelo poder público e aquelas da sociedade civil, onde as ações universitárias foram destacadas.

As entrevistas, semi-estruturadas, seguiram um roteiro padrão, contendo perguntas que tentavam abordar a relação entre a trajetória pessoal dos entrevistados em relação ao trabalho ou à formação vivenciados na Universidade, as percepções pessoais sobre a reforma psiquiátrica mineira, e o envolvimento ou não com tal processo de reforma. Para cada entrevistado, o roteiro geral era adaptado para conter perguntas relacionadas à trajetória pessoal de cada um, o que nos permitiu um confronto entre diferentes percepções e um conhecimento aprofundado sobre fatos e detalhes de acontecimentos, que muitas vezes escapam a registros documentais. As entrevistas foram gravadas e minuciosamente transcritas, e os entrevistados escolhidos pela representatividade de sua atuação como docente ou discente no curso, e também pelo processo de bola de neve, onde os entrevistados indicavam outras pessoas interessantes para a pesquisa. A interrupção das entrevistas obedeceu ao critério de saturação das informações.

No processo de análise das entrevistas, procuramos identificar como os respectivos atores configuraram as redes de colaboração entre as instituições investigadas. Também construímos uma linha do tempo para cada entrevista, onde os produtos dessas relações, devidamente datados, foram evidenciados. Dentre esses produtos, procuramos destacar: as atividades disciplinares ou de ensino, de extensão e de pesquisa; os estágios curriculares; as referências bibliográficas adotadas; os nomes de pessoas e os acontecimentos que poderiam estar relacionados ao processo mineiro de reforma psiquiátrica.

Na análise documental, utilizamos fichas padronizadas para registro e síntese de cada documento selecionado para compor o banco de dados da pesquisa. Nessas fichas eram destacados os nomes dos atores envolvidos, as instituições ligadas às atividades documentadas, uma descrição sumária dessas atividades, as referências bibliográficas utilizadas e os principais acontecimentos citados no documento.

Os textos de referência e os resultados da pesquisa foram discutidos em seminários semanais da equipe de pesquisa no Laboratório de Direitos Humanos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas. A pesquisa foi apresentada em vários eventos científicos, locais, nacionais e internacionais, momentos em que pudemos refinar nossas análises.



Resultados e discussão

A pesquisa documental na Universidade Federal de Minas Gerais apresentou dificuldades. Documentos específicos do Colegiado do Curso de Psicologia, tais como ementas de disciplinas e currículos do período investigado, não se encontravam disponíveis. Fomos informados de que os mesmos poderiam ser encontrados no Arquivo Morto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, à qual pertence o Departamento de Psicologia. Mas, pelo fato da sala deste arquivo estar em impraticáveis condições físicas de utilização e os documentos ali armazenados em total desordem, não obtivemos êxito em acessá-los. O conteúdo curricular do período foi abordado através dos próprios relatos orais das entrevistas e pela disponibilização de documentos de arquivos pessoais, como o da professora Marília Mata Machado que nos cedeu cronogramas de disciplinas ofertadas pelo Setor de Psicologia Social, referentes às décadas de 1960 e 70. Também, através desse arquivo, obtivemos documentos referentes à prática de Psicologia comunitária, à formação de Psicologia ofertada no curso da Universidade Federal de Minas Gerais (projetos curriculares) e, especificamente, o Projeto Guimarães Rosa, desenvolvido no Hospital Raul Soares (4).

Os entrevistados foram: Célio Garcia, Cornelis Johannes van Stralen, Marília Novais da Mata Machado, todos professores do Setor de Psicologia Social, Jacques Ackerman, Marcos Vieira Silva, Wellington Tibúrcio e o próprio consultor da pesquisa, Eduardo Mourão Vasconcelos, ex-alunos e militantes estudantis do curso no período investigado. As décadas de 60 a 80 foram abordadas pelos relatos de Marília e Cornelis, visto que os dois, ao terminarem sua graduação nas décadas de 60 e 70, respectivamente, permaneceram na universidade como professores efetivos. Célio relatou fatos pontuais das décadas de 60 e 70; Marcos e Eduardo, principalmente, acontecimentos da década de 70, e Jacques e Wellington abordaram os anos 80.

Em relação à década de 1960, no âmbito do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, todos os entrevistados foram unânimes em mencionar, como fatos marcantes, a criação do Setor de Psicologia Social, no Departamento de Psicologia, e do Centro de Estudos de Psicologia, entidade estudantil dos alunos do curso de psicologia. Em 1967, o Setor cria o Centro de Psicologia Social Aplicada, dedicado à pesquisa e aplicação da psicologia social, de caráter interdisciplinar, reunindo professores de várias áreas (ciências sociais, comunicação, etc.). Em 1968, o centro é oficializado e renomeado para Centro de Pesquisa em Psicologia e Sociologia, mas, ato contínuo à sua formalização, deixa de existir na prática, sem que fique claro o motivo da abrupta mudança, que tampouco alterou o ritmo intenso das atividades desenvolvidas pelo Setor nesta e na década seguinte. Marília Mata Machado arrisca uma comparação: "o Setor... como alquimista que aquece cozinha, esfria e reaquece a sua matéria meses e anos a fio, continuou seu trabalho de transformação e criação, ora se decompondo, ora se reconstituindo" (Machado, 1985/2004a, p. 53).

No âmbito da gestão pública dos serviços de saúde mental, ocorre a criação da Fundação de Educação e Assistência Psiquiátrica (FEAP), em 1968, que, na primeira gestão, já defendia a idéia de ênfase no atendimento ambulatorial.

O Setor de Psicologia Social, liderado por Célio Garcia, reunia um grupo grande, diversificado e interdisciplinar de professores e alunos da Faculdade de Filosofia (atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Mais de uma centena de pessoas atuavam nele cotidianamente, segundo Machado (1985/2004a). Possuía professores dos departamentos de Psicologia, de Ciências Sociais, de Comunicação Social, de Economia. Dentre eles, podemos citar: Marília Novais da Mata Machado, Maria Elizabeth de Melo Bomfim, Cornelis Johannes van Stralen, Maria Emília Amarante Torres Lima, Sônia Maria Fleury Teixeira, Leila Mariné da Cunha, Maria Regina Durães de Godoy, Regina Helena de Freitas Campos, José Francisco da Silva, José Newton Garcia de Araújo, Paulo Rogedo, José Renato Campos do Amaral, Romualdo Dâmaso, Regina Lúcia Goulart Botelho, Júlio Miranda Mourão, Renato Gusmão, Maria Castanheira Bouchardet, Nilza Rocha Fêres, Margit Reinecke, Rosa Maria Ferreira Nehmy Lévy, Vânia Franco, Lázaro Elias Rosa, Édyla



Crepaldi, Anna Edith Bellico da Costa, Sônia Marques Cerqueira, Iolanda Falci, Maria Auxiliadora Bahia, Marcos Goursant, Maria Lúcia Afonso, Karin Ellen Von Smigay, Sandra Maria da Mata Azeredo, e Bruno Frós.

Na primeira década de funcionamento do curso (isto é, de 1963 a 1973), as disciplinas de psicologia social abordavam a temática da saúde mental através dos seguintes conteúdos: intervenção psicossociológica, saúde pública e educação sanitária, a doença e as relações médico-pacientes, a doença como um papel social, contribuição da psicologia social aos programas de Saúde Pública, e análise institucional. As disciplinas de psicologia social eram também ofertadas por professores do Setor a outros cursos de graduação (Pedagogia, Odontologia, e outros) e em mestrados recém-criados na Universidade Federal de Minas Gerais, dentre eles, o Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), da Faculdade de Educação, criado em 1971, e o Mestrado em Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas, criado em 1973.

Nesse período, podemos perceber certa predominância de disciplinas que enfatizavam a psicoterapia grupal, como formação clínica, e a dinâmica de grupo, de base lewiniana, além de práticas de intervenção psicossocial, de influência francesa, como os grupos de sensibilização, a sociopsicanálise e a análise institucional. As visitas dos professores franceses André Levy e Max Pagés, ocorridas em 1968 no âmbito de um convênio informal do Setor com o Consulado Francês (convênio mantido por influência pessoal de Célio Garcia, que chegava de uma pós-graduação na França), trouxeram contribuições teóricas importantes sobre intervenção psicossociológica. Por este convênio, vieram importantes autores e professores franceses ao Brasil, bem como, a cada ano, um membro do Setor ia se doutorar na França. As intervenções realizadas por Célio Garcia em 1964 no Hospital Galba Velloso, utilizando a inversão de papéis e a análise do poder como forma de se trabalhar as relações e os atritos presentes na equipe do hospital, demonstram a influência dessa perspectiva teórica nas atividades executadas, tanto nesta quanto em outras instituições que contratavam consultorias do Setor. Um texto de Célio Garcia, intitulado "Supervisão em termos de análise institucional" (Garcia, 1992), traz informações sobre essa experiência, mas não cita nomes nem trata dos possíveis desdobramentos dessas ações para o Galba Velloso, ou para o curso de psicologia. No entanto, é um registro de sintonia entre a psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o nascimento da Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais - órgão coordenador dos Hospitais Psiquiátricos Públicos do estado - cujo primeiro gestor foi o psiquiatra Jorge Paprocki, seu Diretor executivo no período de 1969 a 1971, que havia sido diretor do Hospital Galba Velloso, no período de 1962 a 1969, e encomendado a consultoria a Célio Garcia. Paprocki foi também Presidente da Associação Mineira de Psiquiatria de 1965 a 1967. Segundo Marília Mata Machado (5), o trabalho do Setor no Galba foi feito "usando o Rodrigué [refere-se ao livro de Emílio Rodrigué, *Biografia de una comunidad terapêutica*, editado pela EUDEBA/Buenos Aires, em 1965], que era comunidade terapêutica; então, era inspiração já ligada ao grupo argentino (...) antes dos argentinos sequer imaginarem a Análise Institucional; mas tinha o Rodrigué usando a metodologia muito ligada ao Pichón-Rivière. Então ele [o Célio] fez a experiência dele, da comunidade terapêutica". Francisco Paes Barreto (1999, p.31) também conta, com humor, essa história. A rigor, Célio Garcia jamais deixaria de manter um diálogo com os serviços de saúde mental estruturados desde então em Belo Horizonte, influenciando o estilo de trabalho clínico que tendeu a se desenvolver nos serviços.

Apesar da intensa atividade do Setor, não podemos desconsiderar a dominância maciça da psicologia experimental no curso, durante esse primeiro período. Precisamente por representar um contraponto, como ator contra-hegemônico importante no Departamento de Psicologia, é que o Setor deixou marca tão significativa na história do curso. Abordagem hegemônica até meados dos anos 1970, a psicologia experimental começa a perder espaço a partir de 1974, quando é implantado um novo currículo saído da mais polêmica e disputada reforma curricular da história do curso (Giusta, Machado & Campos, 1986). Ao saberem que um novo currículo estava sendo organizado pelos professores da



área experimental, que aprofundaria a orientação do curso naquela direção, sem o conhecimento do restante dos demais professores e alunos, os estudantes se organizaram em assembléia permanente, prática quase diária e massiva e que constituía uma verdadeira exceção no contexto de ditadura da época. Propuseram então um grupo de estudo e trabalho sobre currículo, do qual participaram professores do Setor de Psicologia Social, que se reportava às assembléias, e construíram coletivamente outra proposta de currículo, mais aberta, flexível e crítica, que acabou sendo considerada mais avançada e foi aprovada. As novas disciplinas oferecidas contemplavam novos conteúdos de psicologia social, além das três disciplinas obrigatórias básicas; também novas disciplinas específicas sobre psicanálise são introduzidas formalmente. São exemplos: "Psicologia Comunitária e Ecologia Humana", tida como a primeira disciplina com este título no país (Machado, 2001), "Intervenção Psicossociológica", e muitas disciplinas com conteúdo psicanalítico que iriam influenciar o campo da saúde mental em Belo Horizonte dada a sua relevância na constituição da cultura profissional mineira.

Ao longo de toda a década de 1970, registramos importantes acontecimentos no âmbito da psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Em primeiro lugar, as visitas de Georges Lapassade e de Michel Foucault, em 1972 e 1973, respectivamente, que deixaram marcas profundas no grupo que os acompanhou nos cursos, seminários e palestras realizados. Também deve ser destacado o encontro organizado por Marília Mata Machado e Romualdo Damaso, em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para discussão dos currículos mínimos; segundo Marília (5), foi um movimento de resistência nacional contra esses currículos nos cursos de Psicologia.

O movimento estudantil, nessa década, representado pela sua entidade no nível do curso, o Centro de Estudos de Psicologia, se engajou em várias ações que tiveram reflexos diretos sobre a formação como um todo. Especificamente em relação à saúde mental, merecem menção: a realização pelo Centro de Estudos de Psicologia, em 1975, dos Ciclos de Debate onde se discutiam autores ainda marginais no curso, como Michel Foucault e Paulo Freire; a criação, em 1978, por estudantes de Medicina, Psicologia, Ciências Sociais e Musicoterapia do Grupo de Recreação Terapêutica no Instituto Raul Soares, do qual o entrevistado Jacques Ackermam, que trabalhou na construção da reforma mineira, participou; as "calouradas" nas quais os alunos recém-admitidos no curso eram levados ao Instituto Raul Soares para um contato de tipo iniciático com a realidade manicomial (prática esta que se repetiu várias vezes, segundo Marcos Vieira Silva); a implantação, em 1980, do Projeto de extensão Guimarães Rosa, também no Instituto Raul Soares, numa iniciativa de "Chuvito", apelido de Afonso Fleury, então estudante do curso.

No âmbito da gestão pública dos serviços de saúde mental e de iniciativas mais amplas da sociedade civil, ocorreram, na década de 70: o I Congresso Mineiro de Psiquiatria, em 1970; a Primeira Semana de Estudos de Saúde Comunitária, em 1974; o 1º Seminário Nacional do PISA (Programa Integrado dos Serviços de Saúde do Norte de Minas), realizado em Belo Horizonte em 1976 e que propiciou a criação do Projeto Montes Claros, experiência pioneira da reforma sanitária no país, da qual participaram professores da Universidade Federal de Minas Gerais e, especificamente, do curso de psicologia; o início do Plano Integrado da Saúde Mental de Minas Gerais, em 1977, coordenado pelo psiquiatra Lorenzato; o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, em 1979, que desencadeou o processo de reforma psiquiátrica de maneira explícita e definitiva, com a participação histórica de Franco Basaglia, Robert Castel, e outros convidados importantes, no qual se deu o lançamento do impactante documentário sobre o manicômio público de Barbacena, intitulado *Em nome da Razão*, de autoria do cineasta Helvécio Ratton, então estudante de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas.

A psiquiatria comunitária, que ganhava terreno na Europa e nos Estados Unidos, desencadeou, segundo Célio Garcia (6), um importante debate sobre o novo conceito de saúde mental. A psicologia social por essa época começa a se voltar para a saúde coletiva, sintonizando suas práticas com o movimento sanitário. Isto fez com que muitas das atividades do Setor de Psicologia Social se voltassem para ações de



prevenção, participação e controle social de políticas públicas nessa área. Além do Projeto Montes Claros, já citado, financiado pela Secretaria Estadual de Saúde e claramente orientando suas ações segundo a lógica do movimento sanitarista, podemos citar, ainda, o Projeto Capim Branco, de 1973, no qual os professores Cornelis Johannes van Stralen e Júlio Mourão atuavam em áreas de risco epidêmico de esquistossomose, numa ação de educação comunitária para a saúde. Esta perspectiva de trabalho informaria a implantação dos primeiros serviços ambulatoriais de saúde mental de Minas Gerais, quando da criação das equipes de saúde mental em Centros de Saúde. O modelo de reforma psiquiátrica inspirado na psiquiatria preventiva norte-americana seria alvo de crítica no final dos anos 80 (Vasconcelos, 1992), perdendo espaço para o projeto de desinstitucionalização, inspirado na experiência italiana, e que foi capitaneado no Brasil pelo Movimento da Luta Antimanicomial, criado em 1987. Este novo modelo de reforma psiquiátrica começou a ser implantado em Belo Horizonte em 1993, a partir de um governo municipal liderado pelo Partido dos Trabalhadores (Goulart, 2004, 2007; Vasconcelos, 2000; Lobosque & Aboud-Yd, 1988)

Juntamente com muitas consultorias a empresas, escolas, penitenciária, comunidades, levantamentos e pesquisas sobre atitudes e opinião, o Setor de Psicologia Social desenvolveu no início dos anos 70 atividades de ensino e intervenção que reputamos importantes para o pensamento crítico no campo da saúde mental: o curso de Análise Institucional ministrado pelo Professor Georges Lapassade, em 1972; o curso de Sociologia da doença mental, conduzido por Esther Maria de Magalhães Arantes para médicos, psicólogos e enfermeiros no Hospital André Luiz; a Análise Psico-Sociológica do I Congresso Mineiro de Psiquiatria, de 1970, realizada por Ana Edith Bellico da Costa e Esther Maria de Magalhães Arantes, sob encomenda dos organizadores do evento; o Grupo de discussão sobre doenças mentais, orientado por Célio Garcia em 1971.

A discussão desencadeada pela reforma curricular de 1974 mobilizou os professores do Departamento de Psicologia num embate acalorado entre psicologia social e psicologia experimental, envolvendo a participação ativa de integrantes do movimento estudantil, como os entrevistados Marcos Vieira Silva e Eduardo Mourão Vasconcelos. O currículo em vigor desde 1963 apresentava um excesso de disciplinas técnicas ou com conteúdo muito conservador e importado da psicologia experimental norte-americana, de que são exemplos as disciplinas: Psicologia Geral e Experimental I, II, III e IV; Estatística I, II, III e IV; Desenvolvimento I, II, III e IV. Estas disciplinas eram vistas como representativas da hegemonia do behaviorismo no curso. Em função da disputa acirrada entre as duas áreas, o currículo adotado apresentou poucas, mas significativas modificações, das quais podemos destacar a introdução das disciplinas: Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, já mencionada, na qual o conteúdo expressava grande proximidade com a luta pelos direitos humanos e pela saúde pública; Psicolinguística; Intervenção Psicossociológica; Psicanálise e linguagem; Economia Política; Ética. Também nota-se a exclusão das disciplinas: Psicologia Geral e Experimental IV, Estatística IV, Desenvolvimento IV. O grande avanço dessa reforma foi o número de disciplinas optativas introduzido, o que dava uma enorme flexibilidade ao currículo e muitas opções de escolha aos alunos. É preciso lembrar que essa "fartura" de optativas era possibilitada pelo quadro de professores efetivos do Departamento quase duas vezes maior que o quadro atual, para dar conta de apenas dois cursos anuais de graduação, com duas turmas cada um (7). Segundo Eduardo e Marcos, a reforma implantada em 1974, ao possibilitar aos alunos uma ampliação do leque de escolha de disciplinas optativas (a carga horária era, aproximadamente, três vezes maior do que a de disciplinas obrigatórias), permitia-lhes estruturar uma formação curricular segundo suas próprias preferências e interesses, e também segundo as novas demandas sociais.

Na década de 1980, as reformas ocorridas nos hospitais psiquiátricos públicos mineiros – como no Galba Velloso, em 1983, e no Instituto Raul Soares, em 1982, serviram para respaldar as práticas implementadas pelas equipes de saúde mental de Belo Horizonte. O Plano para a assistência psiquiátrica do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária, ligado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, criado em 1982,



norteou a construção de atividades de integração entre a assistência pública de saúde e a saúde previdenciária na área de saúde mental, o que fez com que os atendimentos nos serviços ambulatoriais e hospitalares fossem reestruturados, além de possibilitar a criação do Programa de Ações de Saúde Mental para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1985 (Santiago e outros, 1998; Goulart, 1992, 2006).

As ações da Universidade, através de estágios desenvolvidos em instituições de saúde, e de ações estudantis, tentaram acompanhar essas mudanças. Em 1983, houve a implantação do Projeto de Integração Docente Assistencial, na região metropolitana de Belo Horizonte e no norte de Minas, através de um convênio feito entre a Secretaria de Estado da Saúde, o Centro Metropolitano de Saúde e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto permitiu aos alunos do curso de psicologia dos últimos períodos, supervisionados pelo professor Cornelis Johannes van Stralen, que também trabalhava no Centro Metropolitano de Saúde, realizarem estágios nos centros de saúde de Belo Horizonte e no norte de Minas. Nos centros de saúde de Belo Horizonte, o estágio era organizado visando apoiar a implementação de equipes de saúde mental, onde se incentivava a integração entre as atividades dos alunos de Psicologia com os do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas. O professor Cornelis, que assumiria a disciplina de Psicologia Comunitária na Universidade Federal de Minas Gerais, teria papel central na constituição do modelo que se apoiava no Plano do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária. O estágio de psicologia no norte de Minas, de iniciativa desse mesmo professor, era realizado no município de Montes Claros, no âmbito do Internato Rural (programa de extensão criado pelo curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em 1984). O objetivo de mão dupla era incorporar, nas ações de assistência, a saúde mental e possibilitar à Psicologia uma atuação no nível primário de atenção em saúde.

Em 1984/5, ocorreu a primeira contratação pelo poder público municipal de Belo Horizonte de profissionais de Psicologia para atuação em equipes de saúde mental. Também o entrevistado Marcos Vieira Silva destacou a importância do Centro Metropolitano de Saúde para a criação de estágios e de postos de trabalho para psicólogos em Belo Horizonte.

A implementação do Internato Rural em Psicologia foi proporcionada pelo já mencionado "Programa de Re-orientação da Assistência Psiquiátrica" do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária, pelo Programa de Ações Integradas em Saúde do Ministério da Saúde, criado em 1983 para 15 unidades da Federação (Paim, 1986), e pelo Projeto Montes Claros (Fleury, 1995). Entretanto, segundo Cornelis Johannes van Stralén (8), um dos protagonistas deste último projeto, a discussão crítica, propriamente dita, sobre os hospitais psiquiátricos não acontecia no Internato nem no projeto, por duas razões principais. Em primeiro lugar, pelo fato de não existirem tais instituições no norte de Minas, e, em segundo, porque não se falava em saúde mental no projeto. O espírito sanitarista, de se pensar a saúde coletiva em sua integralidade, punha em questão a proposição de ações específicas de saúde mental. Estas deveriam ser pensadas no bojo de todas as demais ações. Daí que, mesmo tendo psicólogos e estudantes de psicologia envolvidos no Projeto Montes Claros e de este ser contemporâneo do primeiro Plano Integrado de Saúde Mental, da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, lançado em 1977 (Paulin & Turato, 2004), a saúde mental não foi explicitamente incorporada (9).

Os alunos estagiavam na ala de psiquiatria do hospital geral de Montes Claros – tendo inclusive morado aí por um período de tempo –, e em outros espaços onde houvesse demanda comunitária. Ackerman foi um dos alunos que esteve na segunda turma que morou em Montes Claros, em 1984. Segundo este entrevistado, a participação da psicologia no Projeto acabou por ter relação direta com a implantação de equipes de saúde mental no norte de Minas, das quais ele participou profissionalmente depois de terminada sua graduação. Nas práticas de reorientação da assistência psiquiátrica, tanto a lógica da reforma sanitária quanto a da reforma psiquiátrica eram efetivamente



adotadas. A influência de conteúdos da Psicologia Social e da Psicanálise se fazia sentir nesses estágios.

A entrada da Psicologia na área de saúde mental foi auxiliada pelas novas diretrizes adotadas pelos serviços básicos de saúde pública e pelas equipes de saúde mental neles inseridas, que deveriam priorizar o atendimento de egressos de hospitais psiquiátricos, neuróticos graves, psicóticos, alcoólatras e epiléticos, que constituíam a prioridade do programa, nem sempre observada, dada a formação de uma nova clientela majoritária com quadros neuróticos mais leves (Vasconcelos, 1992; Goulart, 1992, 2006). De qualquer forma, a psicologia também se beneficiou pela reorganização da atenção à saúde mental de forma hierarquizada e regionalizada, através do trabalho interdisciplinar. Isto nos permite compreender os reflexos dessas mudanças políticas nas atividades curriculares de extensão e de pesquisa, durante o período. Por sua vez, a universidade também influenciou a estruturação destes serviços que posteriormente seriam revistos e redirecionados no contexto da reforma psiquiátrica mineira.

Podemos destacar, dentre as atividades de extensão na capital, aquelas oferecidas pelo Projeto Metropolitano (projeto da Pró-Reitoria de Extensão, envolvendo inúmeras áreas acadêmicas da universidade). Desenvolvidas durante as décadas de 1970 e 1980, essas atividades visavam a uma atuação interdisciplinar em bairros periféricos da região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse projeto, os alunos de Psicologia atuavam tanto em Centros de Saúde quanto em escolas e creches comunitárias. O trabalho consistia em realizar atendimentos individuais e em grupo, juntamente com outros profissionais (enfermeiros e assistentes sociais, principalmente). As práticas exercidas, nesse contexto, foram: visitas domiciliares, atividades de controle de doenças transmissíveis, programa de saúde escolar, educação para a saúde, psicologia clínica, aplicação e correção de testes, grupos operativos de mães e de gestantes. A análise de documentos referentes a essas atividades nos permitiu observar a atuação de diversos professores do curso: Cornelis Johannes van Stralen, Marília Mata Machado, Júlio Miranda Mourão, José Maria de Moraes Caldeira, Maria Clara de Castro Rezende, Mary Norton de Mecat Quintela Godoy, Elizabeth de Melo Bonfim.

O Setor de Psicologia Social, na década de 80, também ofertava estágios curriculares em Intervenção Psicossocial, no Hospital Galba Velloso e em comunidades periféricas, tais como a Vila Acaba Mundo. Segundo o relato de Tibúrcio, em 1984, o estágio no Hospital Galba Velloso propunha intervenções em reunião geral coordenada pelo psiquiatra Cezar Rodrigues Campos, importante ator no processo da reforma psiquiátrica mineira (10), que integrara as já citadas experiências desenvolvidas no Hospital Galba Velloso nos anos 60. Era proposta do próprio Cezar, oferecer um campo de atuação aos estudantes universitários para além do mero aprendizado das aulas de Psicopatologia, cujas práticas não iam além do modelo clássico e bicentenário de apresentação de enfermos, envolvendo entrevistas massivas e indiscretas com pacientes internados. Esse novo espaço permitia ao aluno vivenciar uma experiência completamente diferente do que era oferecido comumente nos estágios em psiquiatria mais tradicionais.

As organizações estudantis dessa época organizavam grupos de discussão de autores como Foucault, Levi Strauss, Jurandir Freire Costa, Robert Castel e outros. São exemplos de iniciativas dos estudantes, o Grupo de Trabalhos Estruturalistas e as muitas atividades do Centro de Estudos de Psicologia, incluindo a edição e distribuição gratuita de um periódico regular. É Tibúrcio quem lembra a criação do jornal e de uma rádio de mesmo nome, "Pingolinho Trombeteiro", de sua própria autoria, onde as questões relacionadas ao curso eram discutidas criticamente. Havia uma preocupação por parte dos alunos em ocupar espaços no Colegiado de Curso visando a uma efetiva participação em decisões de interesse dos estudantes.

Na década de 80, observa-se uma crescente influência da Psicanálise e da Psicologia Social no curso, que irá se refletir claramente na criação do mestrado, em 1989, inicialmente denominado *Mestrado em Psicologia Social*, cujo quadro docente era composto majoritariamente por professores dessas duas áreas (11). O estudo de Ferrari (2004), analisando o ensino de psicopatologia na Universidade Federal de Minas Gerais,



observa e discute o fato de as ementas das disciplinas serem fortemente marcadas pela presença da psicanálise.

Segundo Tibúrcio, a formação psicanalítica trouxe questionamentos importantes acerca da prática clínica em saúde mental, principalmente através das discussões e debates promovidos pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – IBRAPSI (Rodrigues, 2006; Rodrigues, Cunha, Oliveira, & Barboza, 2008). Para o entrevistado, essas discussões encorajavam os estudantes a enfrentar a psicose, pois, a atuação nesse tipo de atendimento necessitava de muita reflexão e preparo por parte do estagiário, visto que, apesar de ideologicamente muitos deles serem contra os hospícios, a maioria não sabia como lidar com “o louco fora do hospício e sob sua responsabilidade” (12). Trata-se de uma opinião de particular pertinência ao contexto belorizontino, marcado por enorme influência da psicanálise no delineamento das novas políticas de saúde mental. Ainda segundo o mesmo entrevistado, a atitude crítica foi fundamentalmente possibilitada pelas disciplinas de Psicologia Social, que trabalhavam textos de autores como Franco Basaglia e Gregorio Barembliitt, apresentando questionamentos acerca das instituições psiquiátricas e da ordem médica.

O destacado Projeto Guimarães Rosa, desenvolvido no Instituto Raul Soares pelos alunos do curso, no início da década de 80, foi um importante trabalho alternativo e voluntário, de iniciativa dos próprios alunos. Suas atividades visavam a uma maior integração dos pacientes ao ambiente hospitalar e às suas comunidades de origem. Visavam também a um aprofundamento teórico sobre a relação entre cultura e loucura. Segundo relatórios consultados (Universidade Federal de Minas Gerais, 1981), as atividades propostas, tais como a “Rocinha”, o “Porteirinha” e o grupo do MOBREAL (programa oficial de alfabetização do governo federal), tinham o intuito de construir práticas preventivas na área de saúde mental.

Entretanto, no Centro de Atendimento de Psicologia, hoje Serviço de Psicologia Aplicada, pertencente ao Departamento e destinado à prática dos alunos em atendimento à comunidade interna e externa à universidade, realizavam-se atividades exclusivamente com ênfase na clínica individual, de forma descontextualizada, em consonância com a dominância no curso de tal campo de aplicação da psicologia. Ainda é Tibúrcio quem comenta a falta de preparo dos futuros profissionais para atuação em instituições onde a lógica da atenção deveria ser modificada, como no caso da assistência ao portador de sofrimento mental; alguns alunos, entretanto, como ele próprio, perseguiam uma formação segundo uma perspectiva contra-hegemônica. Na assistência pública havia a necessidade de que os profissionais ultrapassassem o modelo do psicólogo clínico de consultórios privados, privilegiado pelo Centro de Atendimento de Psicologia. A documentação, referente às atividades do Centro de Atendimento de Psicologia, demonstra, de fato, a predominância inequívoca de atendimentos clínicos individuais. Apesar de terem ocorrido intervenções de alunos dentro do Projeto Metropolitano, essas foram em bem menor número que outros serviços oferecidos pela clínica do Centro de Atendimento de Psicologia. Consideramos que ex-estudantes como Tibúrcio, quando integrados aos serviços públicos de saúde mental, deram uma valiosa contribuição para a construção da reforma mineira e testemunham um modelo de atuação que não foi investido e desenvolvido adequadamente pela universidade.

Em relação às práticas exercidas nos serviços básicos da assistência pública à saúde, estudo sobre período mais recente, realizado por Santiago e outros (1998), nos permitiu perceber as conseqüências dessa falta de preparação profissional, apontada por Tibúrcio. Segundo o estudo de Santiago e outros, os atendimentos psicológicos realizados nos centros de saúde pareciam contribuir para a constituição de um novo tipo de demanda em saúde mental, com um aumento significativo do número de atendimentos a escolares, neuróticos não graves e pacientes com queixas psicossomáticas. Os psicólogos não realizavam atendimentos aos egressos dos hospitais psiquiátricos nos centros de saúde, como preconizado pelo Programa de Ações de Saúde Mental para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como os hospitais psiquiátricos, por sua vez, também não enviam seus pacientes com alta hospitalar para as equipes de saúde mental da rede



pública de saúde, os psicólogos desses serviços passaram a selecionar sua clientela, privilegiando problemas mais afeitos aos moldes psicoterapêuticos tradicionais que melhor dominavam. Podemos supor que esta seleção de clientela esteja relacionada, entre outras razões, à ausência de práticas de formação em psicologia que pudessem qualificar o psicólogo para uma atuação mais abrangente e menos especializada na área. Com relação às mudanças curriculares ocorridas no curso durante a década de 1980, pudemos consultar alguns documentos pertencentes aos arquivos da Pró-Reitoria de Graduação. As modificações se referiam a pequenas adaptações curriculares em termos de carga horária de determinadas disciplinas e adequação de professores. Consultas feitas aos catálogos de Graduação entre os anos de 1976 a 1995 confirmaram a suposição de que não ocorreram mudanças significativas após a reforma curricular de 1974.

Acerca das atividades de pesquisa realizadas nas décadas de 60, 70 e 80, consultas aos arquivos da Pró-Reitoria de Pesquisa e à Biblioteca Central da Universidade, nos permitiram fazer um levantamento bastante exaustivo dos títulos, mais diretamente relacionados à temática da saúde mental (13). Em comparação com as duas décadas anteriores, de 1960 e 1970, a de 1980 foi bem mais rica em publicações pelos professores do curso, tanto em forma de artigos quanto de livros, embora muitos dos textos identificados tenham permanecido no formato mimeo. Por outro lado, os documentos relativos a projetos desenvolvidos encontram-se bem mais preservados e catalogados nessa última década pesquisada que nas outras. Embora as duas primeiras décadas tenham sido prolíficas em atividades de extensão e de pesquisa, chamou nossa atenção o fato de haver muito pouca publicação, pelos professores do curso, dos produtos dessas atividades. Os entrevistados, especialmente Marília Mata Machado, confirmaram esta impressão dizendo que o Setor e também o Departamento viviam imersos numa "cultura mais oral que escrita", e os textos produzidos para circulação interna muitas vezes não eram publicados. Notoriamente, por parte do Setor, havia, isto sim, uma preocupação mais acentuada com as implicações políticas e ideológicas de sua atuação concreta que com o registro científico dessa produção, muito em função dos anos de chumbo da ditadura civil-militar que governava o país. Não podemos esquecer que foram anos marcados por censura, perseguições políticas, cassações, prisões e torturas, restringindo e policiando a vida universitária. Não se tinha, nos primeiros tempos, a preocupação que se tem hoje com a produtividade científica *stritu senso*, que começa a ser sentida a partir dos anos 80, com o retorno de grande número de professores ao departamento, que tinham saído para doutoramento no exterior durante a década anterior. No caso específico da psicologia social, a produção foi também incrementada pela criação, em 1980, da Associação Brasileira de Psicologia Social, que teve como presidente nacional, por dois mandatos, a professora do curso Elizabeth de Melo Bomfim. A atuação e expansão crescentes da associação, juntamente com a publicação do periódico nacional *Psicologia e Sociedade*, fizeram avançar muito a produção científica da área.

Conclusão

A partir dos dados e informações levantados pela pesquisa, podemos ensaiar uma avaliação geral sobre a participação do curso de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de reforma psiquiátrica mineira. Entretanto, a apresentação de nossos argumentos não impede que novas formulações venham a ser propostas, visto que o processo de investigação ainda prevê a devolução dos resultados, em forma de seminário, a todos os entrevistados pela pesquisa, os aqui mencionados e os demais, que se dispuserem a debater conosco. Em parte, esse debate já teve início com a apresentação e discussão dos resultados parciais da pesquisa no I Colóquio Interinstitucional de Laboratórios de Psicologia, realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas, em 2007.

De um modo mais geral, o estudo das instituições abordadas pela pesquisa nos permitiu perceber uma rede de relações bastante complexa entre as universidades e centros de



formação investigados com o Movimento de Reforma Psiquiátrica e com os serviços prestados pela saúde mental pública da cidade de Belo Horizonte. Essas relações não são isentas de contradições, uma vez que cada instituição conserva suas particularidades e identidades próprias, tanto em termos de projetos institucionais quanto de modos de inserção no processo de reforma. Uma análise aprofundada dessa rede será apresentada oportunamente em artigo específico.

Os pontos de vista de alguns dos atores entrevistados, representativos dos diversos contextos, nos permitiram perceber várias questões ainda abertas ao debate na assistência à saúde mental de Belo Horizonte. Uma delas, que diz respeito à formação especificamente analisada neste artigo, é um certo despreparo dos profissionais das mais diversas áreas, incluindo a psicologia, para a atuação no campo. Despreparo que talvez decorra, dentre outras possíveis razões, de uma formação apenas pontualmente voltada para a área. Não identificamos nos currículos de psicologia analisados qualquer indicação explícita de uma preocupação com o campo da saúde mental mais condizente com a literatura de referência da reforma psiquiátrica atual, excetuando-se as referências a Basaglia e Foucault, nem em termos de diretrizes gerais, nem em termos de disciplinas específicas.

O despreparo do profissional é igualmente constatado por Santiago e outros (1998), em análises sobre a formação e atuação profissional de período mais recente. Segundo esses autores, o atendimento psicológico prestado pela maioria dos trabalhadores da área ainda não se coaduna com os princípios promulgados pela Constituição de 1988 e preconizados pela lei de 1990, que cria o Sistema Único de Saúde. Observando a dinâmica de funcionamento dos centros de atenção básica à saúde, os autores constatarem uma precariedade na formação específica para a abordagem de problemáticas de saúde mental, o que, ainda segundo os autores, pode constituir um impedimento ao estabelecimento de prioridades sintonizadas com o ideário da reforma psiquiátrica.

Neste sentido, a ênfase dos cursos analisados numa formação fortemente voltada para a clínica psicoterapêutica de pacientes diagnosticados como neuróticos, deve ser problematizada, e se aplica ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, que, passada a fase de hegemonia do behaviorismo no curso, caminhou claramente para um privilégio da clínica psicoterapêutica, de tipo individual, caráter curativo e pouco voltada para práticas comunitárias, que estivessem inseridas na lógica da saúde e da saúde mental públicas, ou na lógica da reforma psiquiátrica. As ações voltadas para a saúde mental coletiva eram quase que exclusivamente abordadas pelo Setor de Psicologia Social, mas, assim mesmo, dentro do mesmo espírito pontual, em resposta a demandas de pesquisas e consultorias que lhe chegavam. Percebe-se mais claramente no corpo discente, especialmente entre os militantes do movimento estudantil, da segunda metade dos anos 70 até o final do período estudado, um esforço mais consistente e concentrado para enfrentar o debate e o engajamento no processo de reforma psiquiátrica, com muitos deles se tornando militantes da luta antimanicomial, trabalhadores de serviços públicos de saúde mental e especialistas com cursos de especialização na área, ofertados principalmente pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, e também pela especialização em psicanálise do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, que, ao menos em sua primeira versão, que funcionou entre meados das décadas de 80 e 90, não se voltava exclusivamente para a prática clínica, tratando da relação entre psicanálise e cultura, de modo mais geral. A formação voltada para a prática clínica, fortemente influenciada pelas atividades curriculares avaliadas, reafirmamos, merece ser problematizada. Pode ter contribuído para a construção de uma identidade profissional distante do que se espera na área de saúde mental, principalmente na esfera pública. Pode também significar um dificultador na obtenção de um apoio institucional mais efetivo para os serviços oferecidos pelo setor de aplicação do curso de Psicologia (esse setor sequer é formalmente reconhecido no organograma da universidade). A efetividade dos atendimentos pode se ver comprometida sem o enfrentamento dos problemas sociais



e psicossociais, que muitas vezes se escondem sob os sintomas psicológicos mais visíveis.

As alterações curriculares, desde a primeira (e a rigor única) reforma de 1974, se mostraram, segundo alguns entrevistados, insuficientes para atender às necessidades específicas que o campo da saúde mental foi cada vez mais introduzindo. Prova dessa pouca adequação aos novos desafios (e que conhecemos por experiência própria), é que até hoje o currículo não contempla, nem tem perspectiva de contemplar, qualquer disciplina obrigatória de saúde coletiva ou de saúde mental, conteúdo que fica relegado a uma abordagem pontual e eventual de disciplinas optativas, ou inseridas por livre decisão de professores que o julguem importante. Este *déficit* de conteúdos curriculares relacionados à reforma psiquiátrica tem sido observado por outros autores, em outros contextos. De acordo com Vasconcelos (2004, p. 5), as "temáticas [de] saúde pública, saúde mental, psiquiatria social, psicologia comunitária (Vasconcelos, 1995), epidemiologia psiquiátrica (...), antropologia voltada para as questões da saúde mental (...)" estão ausentes nos cursos onde a graduação prioriza a prática clínica em suas disciplinas.

No entanto, não podemos correr o risco de *presentismo* e não reconhecer a relevância dos paradigmas da Psicossociologia, das teorias de grupo e da Psicologia comunitária. Note-se, que ao longo dos anos 80, a prática no campo da saúde mental era concebida em termos diversos do que passou a vigorar nos anos 90 com o surgimento dos Centros de Referência em Saúde Mental, chamados de Centros de Atenção Psicossocial na legislação federal, que ficaram fora dos limites de investigação propostos pela pesquisa. A prática no campo da saúde mental, em Belo Horizonte, tendeu para o atendimento clínico, psicanalítico e individual desde então, segundo a literatura consultada (Goulart, 1992, 2006) até o início dos anos 90, quando passa a ser repensada no contexto da estruturação do modelo de desinstitucionalização que se apoiou na construção dos Centros de Referência em Saúde Mental.

Não se pode deixar de reconhecer a importância inequívoca das atividades do setor de psicologia social, no período estudado, e o papel decisivo que desempenharam na construção de um pensamento crítico no campo "psi" mineiro. E não apenas no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, mas de outras instituições universitárias e de assistência à saúde, através das muitas cooperações desenvolvidas. Papel que, certamente, não foi de pouca relevância para o desencadeamento do processo de reforma psiquiátrica, sustentado que está numa crítica polêmica, mas necessária, à instituição psiquiátrica como forma de saber-poder.

Percebemos a dificuldade de traçarmos uma seqüência linear ou direta de fatos quanto à participação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de reforma psiquiátrica mineira. A realidade se mostra bem mais complexa e contraditória. Fica-nos o desafio de aprofundar nossas investigações na direção de analisar em que nível essas relações com a reforma psiquiátrica, seja de contribuição seja de críticas, foram reproduzidas ou revistas no presente. A ênfase na prática clínica descontextualizada, o déficit curricular de disciplinas que abordem o conteúdo de saúde mental e coletiva de forma crítica, e a presença na instituição de atitudes ou mentalidades conservadoras ainda são dificuldades a serem superadas. A seguinte observação de Boaventura Souza Santos é, a propósito, bastante pertinente e nos dá o que pensar: "A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento" (Santos, 2003, p. 225).

A presente tentativa de elucidar as complexas redes de relação entre a universidade e a reforma psiquiátrica tem-nos auxiliado a pensar sobre os modos de intervenção nos espaços investigados. Pensar o próprio processo de análise como uma intervenção, por si só nos permite utilizar dos "fatos" desconhecidos ou ainda pouco analisados como instrumentos de mudança, para que, na medida em que forem melhor compreendidos, no fluxo intrincado da história, possam ser integrados na ação prática transformadora.



Referências

- Almeida, M. R. D. G. (2004). Des-razões de grupos operando em uma instituição psiquiátrica. Em E. M. Bomfim (Org.), *Anais do I encontro mineiro de psicologia social de 1985* (pp. 43-49). São João Del Rei: UFSJ.
- Amarante, P. D. (Org.). (1995). *Loucos pela vida*. Rio de Janeiro: Panorama.
- Amarante, P. D. (1996). *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Baremlitt, G. (1994). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barreto, F. P. (1999). *Reforma psiquiátrica e movimento laciano*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Birman, J. & Costa, J. F. (1994). Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária. Em P. Amarante (Org.), *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica* (pp. 41-72). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bock, A. M. B. (1995). *A escolha profissional em questão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, A. M. B.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O. (Org.). (2001). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 1a ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Castoriadis, C. (1992). *O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto III* (R. M. Boaventura, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1990).
- Desviat, M. (1999). *A reforma psiquiátrica* (J. Souza & M. Werneck, Trans.). Rio de Janeiro: Fiocruz. (Original publicado em 1994).
- Ferrari, I. F. (2004). Os cursos de Psicologia de Minas Gerais e a presença da psicanálise na disciplina psicopatologia. *Mal-estar e subjetividade*. 4(2), 372-391.
- Ferreira, M. M. & Figueiredo, J.P. A. B. (Orgs.). (2005). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
- Fleury, S. (1995). *Projeto Montes Claros: a utopia revisitada*. Rio de Janeiro: ABRASCO.
- Garcia, C. (1992). Supervisão em termos de análise institucional. *O dardo*. 2, 7. (Publicação da Residência de Psiquiatria do Hospital Raul Soares)
- Giusta, A. S.; Machado, M. M. & Campos, R. H. F. (1986). Notas sobre "a formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais". *Cadernos de psicologia*, 3(1), 77-100.
- Goulart, M. S. B. (1992). *O ambulatório de saúde mental em questão: desafios do novo e reprodução de velhas fórmulas*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Goulart, M. S. B. (2004). *De profissionais a militantes: a luta antimanicomial dos psiquiatras italianos nos anos 60 e 70*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.



- Goulart, M. S. B. (2006). A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 1(1), 1-19.
- Goulart, M. S. B. (2007). *As raízes italianas da luta antimanicomial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goulart, M. S. B.; Passos, I. F.; Vasconcelos, E. M.; Silva, A. P. S.; Cunha, C. N.; Silva, E. R.; Abreu, M. A.; Santos, N. A. & Braga, F. M. (2007). *As instituições universitárias e a construção da reforma psiquiátrica mineira nas décadas de 60, 70 e 80*. Relatório final de pesquisa. Belo Horizonte: PUC Minas/Universidade Federal de Minas Gerais/Fapemig.
- Jepperson, R. L. (1991). Institutions, institutional effects, and institutionalism. Em W. W. Powell & P. J. Di Maggio, *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lapassade, G. (1983). *Grupos, organizações e instituições* (H. A. A. Mesquita, trad.). Rio de Janeiro: F. Alves. (Original publicado em 1975)
- Lobosque, A. M., & Abou-Yd, M. (1988). A cidade e a loucura: entrelaces. Em A. T. Reis e outros (Orgs.), *Sistema único de saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público*. São Paulo: Xamã.
- Lourau, R. (1974). *A análise institucional* (M. Ferreira, trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1970)
- Machado, M. N. M. (2001). Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60 e 70. Em A.M. Jacó-Vilela; A. C. Cerezzo & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp.35-40). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Machado, M. N. M. (2004a). Transversos do social e alquimias da prática em Psicossociologia. Em E. M. Bomfim (Org.), *Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social de 1985* (pp. 51-58). São João Del Rei: UFSJ.
- Machado, M. N. M. (2004b). O setor. Em E. M. Bomfim; I. C. F. Passos; C. J. Stralen & M. V. Silva (Orgs.), *Psicologia social: memórias, saúde e trabalho* (pp.32-48). São João del Rei: UFSJ.
- Nicácio, F. (Org.). (1990). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec.
- Paim, J. S. (1986). Ações integradas de saúde (AIS): por que não dois passos atrás. *Cadernos de saúde pública*, 2(2), 167-183.
- Passos, I. C. F. (2000). *Políticas e práticas em saúde mental: experiências e "modelos" em discussão*. Tese de doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Passos, I. C. F. (2003). Cartografia da publicação brasileira em saúde mental: 1980 – 1996. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 19 (3), 231-240.
- Paulin, L. F. & Turato, E. R. (2004). Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. *História, ciências, saúde: Manguinhos*, 11(2), 241-258.



- Rodrigues, H. B. C. (2006). "Sejamos realistas, tentemos o impossível" Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. Em A. M. Jacó-Vilela; A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau editora.
- Rodrigues, H. B. C.; Cunha, A. A. G.; Oliveira, C. M. & Barboza, D. M. S. (2008). Letras e vozes sobre o Instituto Brasileiro de Psicanálise, grupos e instituições – Ibrapsi: uma experiência singular de formação de agentes "psi" no Rio de Janeiro. Em R. H. F Campos & R. C. Vieira (Orgs.), *Instituições em psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau editora.
- Santos, B. S. (2003). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santiago, J.; Mendonça Filho, J. B.; Alkmim, W. D.; Dias, R. A. M.; Mendonça, V. M. M. & Rodrigues, J. B. N. R. (1998). *A saúde mental no município de Belo Horizonte: prática em saúde mental nos centros de saúde (1995-1998)*. Relatório de Pesquisa, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.
- Universidade Federal de Minas Gerais. (1981). *Projeto Guimarães Rosa: relatório das atividades do último trimestre de 1981 (Junho, julho e agosto)*. Belo Horizonte.
- Vasconcelos, E. M. (1992). *Do hospício à comunidade*. Belo Horizonte: Segrac.
- Vasconcelos, E. M. (1995). Avaliação de serviços no contexto da desinstitucionalização psiquiátrica: Revisão de metodologias e estratégias de pesquisa. *Jornal brasileiro de psiquiatria*, 44(4), 189-197.
- Vasconcelos, E. M. (2000). *Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcelos, E. M. (2003). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus.
- Vasconcelos, E. (2004). Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. *Mnemosine*, 1. Retirado em 18/06/2007, da World Wide Web: <http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/search/authors/view?firstName=Eduardo%20Mour%C3%A3o&middleName=&lastName=Vasconcelos&affiliation>

Notas

- (1) Estudamos em dois anos o período enfocado, a saber, até 1992, quando, de fato, podemos identificar, a partir de 1993, o início do período de implantação da rede municipal de saúde mental na cidade, pela gestão municipal petista de Patrus Ananias. É quando são criadas as primeiras estruturas substitutivas aos hospitais psiquiátricos.
- (2) A pesquisa foi coordenada pela Prof.^a Maria Stella Brandão Goulart (Pontifícia Universidade Católica de Minas) e teve a colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais, através do trabalho da pesquisadora associada Prof.^a Izabel C. Friche Passos e da estudante de iniciação científica Fernanda de Moura Braga que desenvolveram um projeto de PIBIC a partir do estudo mais amplo. A equipe da Pontifícia Universidade Católica de Minas foi composta pelos estudantes Marcela Alves de Abreu, Eliane Rodrigues da Silva, Carolina Novaes Cunha, Natália Alves dos Santos, Ana Paula Sá da



Silva. Contamos com a consultoria do Prof. Eduardo Mourão Vasconcelos da UFRJ e o inestimável apoio informal da Prof.^a Marília Mata Machado na construção do projeto inicial.

(3) Existe certo consenso em situar o início do processo de reforma psiquiátrica brasileiro em fins dos anos 70 e início dos 80, quando o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental se organiza em fóruns nacionais e locais e produz uma série de acontecimentos (congressos, encontros, publicações, ocupação de cargos de comando no setor público da saúde, etc.) que forçam a discussão e a revisão do tratamento manicomial tradicionalmente dado aos doentes mentais no país (ver especialmente Amarante, 1995 e Vasconcelos, 1992). Em Minas, de modo geral, só podemos falar em início de uma real transformação da assistência e implantação efetiva da reforma a partir dos anos 90, e mesmo assim, em graus de avanço muito desiguais entre os municípios.

(4) Agradecemos à professora a enorme contribuição dada à pesquisa documental.

(5) Entrevista realizada em 19 de junho de 2006.

(6) Em entrevista concedida à pesquisa, em 19 de Maio de 2007.

(7) Tal situação se consolida com a incorporação ao quadro permanente de muitos professores colaboradores do Departamento e do Setor – antiga reivindicação conquistada pela greve dos professores de 1980 (Machado, 1985/2004a, p. 57). Hoje, com metade do contingente de professores daquela época, além dos mesmos cursos de graduação, o Departamento tem de dar conta de outros dois cursos de especialização e de um programa de Mestrado e Doutorado (o doutorado em implantação em 2008).

(8) Em entrevista concedida à pesquisa em 24 de outubro de 2006.

(9) Desde o início dos dois processos, de reforma sanitária e de reforma psiquiátrica, ocorreu certo paralelismo e independência entre eles. Hoje, talvez, seja a própria saúde mental que se mostre um tanto quanto apartada dos problemas mais gerais de saúde coletiva e da rede de atenção básica. Entretanto, uma aproximação se faz cada vez mais urgente, até mesmo para um melhor segmento dos próprios usuários da saúde mental.

(10) O trágico desaparecimento prematuro de César Campos, infelizmente nos privou do que poderia ser um dos mais fundamentais depoimentos sobre os anos iniciais da reforma. Mas outros protagonistas históricos importantes, alguns seus contemporâneos, como Francisco Paes Barreto, Ronaldo Simões Coelho, Jairo Toledo, Ana Marta Lobosque, foram entrevistados pela equipe dessa pesquisa e por outras equipes que gentilmente cederam entrevistas realizadas. O conteúdo destas entrevistas está sendo abordado em artigos que aprofundam a articulação do processo de reforma com as demais instituições investigadas.

(11) Sobre o Mestrado, não temos muitas informações, pois a principal produção ocorre em período posterior ao recortado pela pesquisa. A primeira turma foi praticamente composta por professores do próprio departamento que necessitavam se capacitar. Sabemos, de modo aproximativo, que nos anos subseqüentes, com a titulação de novas turmas, muitos dos trabalhos de dissertação contemplam temáticas em saúde mental, e foram concluídos por profissionais da área.

(12) Entrevista realizada em 30 de abril de 2007.

(13) Os títulos encontrados foram: "Saúde mental e currículo médico: uma contribuição para o debate" de I. M. Pádua, onde a pequena carga horária destinada ao conteúdo de Psicologia no curso de Medicina é problematizada, publicado no *Caderno Internato Rural*, de 1983; "Des-razão de grupos operando em uma instituição psiquiátrica", em 1986, de Maria Regina Durães de Godoy Almeida (2004); "Sugestões para a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana", em 1986, de Marília Novais da Mata Machado; "Notas para uma proposta de atuação do psicólogo na área de saúde pública", em 1986, de A. Giuisoli; "Um referencial especial para a disciplina Psicologia Comunitária e Ecologia Humana: o ecodesenvolvimento", em 1986, de Júlio Miranda Mourão; "Psicólogos: como são, como serão?", em 1986, de Anna Lúcia Teixeira Barbosa; Notas sobre "A formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais", em 1986, de A. S. Giusta, Marília Novais da Mata Machado, R. H Campos; "A formação do trabalhador de saúde mental/ a formação do psicólogo", em 1987, de Elizabeth de Melo Bomfim;



"Aspectos positivos e negativos na formação do psicólogo: uma contribuição para análise do currículo", em 1987, de Anna Edith Bellico Costa e Ione Scarpelli Pereira; "Por uma ética das instituições" e "Psicanálise, universidade e discurso", em 1987, de Célio Garcia, publicadas na revista Fala Galba; "A mulher de periferia urbana e seu papel estabilizador de saúde mental", em 1987, de Maria Conceição Lanna Wykrota; "A democratização dos serviços de saúde: o programa de trabalho do Centro Metropolitano de Saúde", em 1968, "Estudo comparativo das ações integradas de saúde", em 1990, "Avaliação do acesso aos serviços de saúde: um estudo de caso", em 1990, "Avaliação qualitativa dos serviços de saúde no processo de implantação dos distritos sanitários", em 1990, de Cornelis Johannes van Stralen.

Nota sobre os autores

Izabel C. Friche Passos é doutora em psicologia pela PUC-SP, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado) da UFMG, e coordenadora do Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais/Projeto Prisma. Contato: izabelpassos@fafich.ufmg.br

Maria Stella Brandão Goulart é doutora em Ciências Humanas pelo DCP/UFMG, professora de psicologia social da PUC-Minas, coordenadora do Laboratório de Psicologia e Direitos Humanos, e coordenadora dessa pesquisa. Contato: goulartstella@yahoo.com.br

Fernanda Moura Braga é aluna do curso de graduação em psicologia e foi bolsista PIBIC/UFMG. Contato: febraga@yahoo.com.br

Marcela Alves Abreu é estudante do curso de graduação em psicologia da PUC-Minas, sendo bolsista de iniciação científica PUC Minas/FAPEMIG. Contato: abreumarci@gmail.com

Eduardo Mourão Vasconcelos é psicólogo, analista institucional e cientista político, pós-doutor na área de Ciências Sociais Aplicadas, professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, e é o consultor da pesquisa. Contato: emvasconcelos@skydome.com.br

Data de recebimento: 16/12/2006
Data de aceite: 30/12/2007